



INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA UGT 1º DE MAIO 2016

Caras e Caros Camaradas e Companheiros
Trabalhadoras e Trabalhadores portugueses

Povo da cidade e da região de Viseu que, neste dia Primeiro de Maio de 2016, nos recebe de braços abertos para as comemorações do dia do Trabalhador.

E também para todas as mães de Portugal, neste DIA DA MÃE vai um abraço do tamanho do mundo para a vossa generosidade, compreensão, carinho e amor que continuam a dedicar à Humanidade.

Gente laboriosa do interior de Portugal, a quem a UGT e os seus sindicatos, dirigentes e filiados, querem prestar homenagem por nunca terem desistido da sua terra, das suas raízes, da sua cultura e da sua identidade.

Bem hajam portugueses beirões, transmontanos, alentejanos, minhotos, ribatejanos, algarvios e todos quantos não desistem de querer ser felizes nas terras que os viram nascer e que, teimosamente, se manterão lutando até ao fim dos seus dias.

A valorização do interior de Portugal é hoje uma obrigação prioritária do Estado e de qualquer Governo, pois devem ser implementadas políticas públicas que permitam reverter o contínuo despovoamento de centenas de aldeias, vilas e até cidades do interior do país, através da fixação de empresas que criem postos de trabalho, que possibilitem aos que cá nascem e querem cá viver, olhar para o futuro com estabilidade e esperança. Para que cá continuem como é seu desejo.

Mas isso significa investir em discriminação positiva ao nível fiscal e uma análise ponderada aos custos de contexto das empresas.

Significa não olhar para os serviços públicos como um custo incluído nas chamadas gorduras do Estado, mas sim como um investimento do Estado para com os portugueses, colocando as pessoas em primeiro lugar nos objectivos das políticas públicas.

A administração pública e o sector público empresarial são essenciais para a prestação de um serviço público de qualidade, eficiente, célere e eficaz aos cidadãos – seja na escola, nos institutos politécnicos ou na universidade, seja nos centros de saúde ou nos hospitais, seja nos



tribunais, nos notários e nas conservatórias ou nas repartições de finanças, seja ainda nos serviços da segurança social, das polícias e das forças armadas, ou nos transportes públicos.

E para que a administração pública seja eficiente, precisa de trabalhadores qualificados, motivados, respeitados, não olhados como os parentes pobres do mundo do trabalho, a quem são atribuídas culpas pelos elevados custos de funcionamento do Estado.

Criou-se nos últimos anos, através do discurso e da prática políticas, um aparente fosso entre trabalhadores do público e do privado. Profundamente lamentável.

A UGT e os seus sindicatos estão aqui e representam todos por igual.

Todos são trabalhadoras e trabalhadores e merecem o nosso respeito, admiração e apoio.

E estamos ao lado de todos nas suas reivindicações.

Alguém lhes perguntou se estavam dispostos a perder parte dos seus salários e pensões?

Alguém lhes perguntou se abdicavam dos seus direitos que demoraram décadas a construir sobre carreiras e progressões, sobre horários de trabalho, sobre férias, remunerações e todas as outras matérias constantes da sua contratação colectiva?

Alguém perguntou aos reformados da Carris e do Metro se autorizavam a retirada dos seus complementos de reforma?

Não – ninguém lhes perguntou.

Por isso, com troika ou sem ela, sem imposições de entidades estrangeiras que, a troco de empréstimos usurários, aplicam regras anti-democráticas que esmagam os povos e os seus direitos e esbulham os rendimentos do seu trabalho, queremos daqui afirmar, destas terras de Viriato, líder do povo lusitano, que exigimos a reversão dos direitos que estas centenas de milhar de mulheres e homens perderam nos últimos anos.

E assim como em 1886, em Chicago, os trabalhadores exigiram a aplicação do horário das 8 horas de trabalho diário, hoje, precisamente 130 anos após essa data gloriosa do movimento operário e sindical, vimos colocar-nos ao lado dos trabalhadores da administração pública que exigem a reposição das 35 horas de trabalho semanal, como um direito da negociação colectiva que conquistaram e do qual nunca abdicaram.

E apelamos daqui ao Governo para que, no próximo dia 1 de Julho, cumpra o compromisso assumido com o país – 35 horas para todos os trabalhadores da administração pública, qualquer que seja o seu vínculo.

Não queremos daqui lançar quaisquer ameaças veladas ou explícitas, ao governo.



Por isso importa que o diálogo social flua entre governo e sindicatos, como melhor arma para alcançar uma efectiva e desejável paz social que o país merece, depois de uma tão grave e longa crise de austeridade que se abateu sobre os portugueses.

Estamos disponíveis para, em concertação social, valorizarmos o programa nacional de reformas que o governo apresentou, com o objectivo de investir em soluções que resolvam problemas estruturais do país, como forma de diminuir as graves assimetrias regionais que teimam em subsistir e promovam uma maior coesão territorial e social, com equilíbrio e sustentabilidade.

Austeridade imposta de forma draconiana e que deveria envergonhar as democracias que construíram a Europa.

É por isso que o movimento sindical, entre outras organizações que pugnam pela soberania e auto-determinação dos seus povos, continua a afrontar os poderes que querem esmagar os direitos de quem trabalha.

O poder económico, financeiro e burocrático, que ninguém conhece, que o povo não elegeu, que percorre os corredores das Instituições europeias e do FMI, sobrepõe-se, com ousadia e arrogância, ao poder democrático das nações, cujas Instituições os povos escrutinam e elegem, e cujos governos prestam contas em cada acto eleitoral para aferir a gestão política da coisa pública.

Importa pois, uma vez mais, fazer sentir a quem nos governa, que os rendimentos de quem trabalha não podem estar à mão de semear de qualquer BCE, ou FMI, ou Comissão Europeia.

À mínima escorregadela orçamental, aí temos os mandões comunitários, atirando com ameaças se houver a mínima hipótese de actualização do salário mínimo nacional, ou se for desbloqueada a negociação colectiva, ou se houver reversão de cortes aos trabalhadores e aos pensionistas.

Não é esta a Europa que queremos, nem que merecemos.

Rejeitamos a ideologia das OBSESSÕES pelos défices, mesmo que isso atente contra a vida das pessoas

É tempo de retomarmos o primado da política sobre a economia, defendendo o regresso dos princípios de Jean Monnet e dos restantes pais fundadores desta União Europeia, onde a solidariedade entre os países que a compõem não pode ser uma palavra vã.

Com tais exemplos de ausência de solidariedade europeia, onde os mais fortes exploram os mais frágeis, onde se põem em causa direitos que julgávamos inatacáveis, violando princípios e regras democráticas, como hão-de os europeus, que vivem em democracia há mais de 4 décadas, acreditar na classe política?



Tudo se promete e, de repente, quem vota é espoliado dos seus direitos?

É claro que os sindicatos também sofrem com isso, designadamente por revelarem dificuldade em contrariar as imposições que vêm de fora (e também às vezes de dentro), apelidando de rigor aquilo que é simplesmente obstinação.

Mas é chegado o momento de olharmos para o futuro e encetar uma reivindicação, justa a nosso ver, de nos ser devolvido o que nos foi tirado sem ninguém nos ter pedido autorização para isso.

Sabemos que abandonar a austeridade, de uma forma imediata, seria o desejável.

Mas pelo menos, mantenha o governo a vontade política de, ao longo da actual legislatura, ir minimizando os sacrifícios de quem tanto sofreu.

Saiba o governo aliar o respeito pelos compromissos internacionais do país, com a sensibilidade social que nos tem faltado, e certamente que essa conjugação de factores, apesar de muitas pressões externas e algumas internas, dos velhos do restelo que por aí ainda vão sobrando, e Portugal terá no horizonte a capacidade de sair desta crise social, económica e financeira tremenda.

A defesa do Estado social de Direito deve continuar a fazer parte do discurso sindical.

A manutenção na esfera pública do regime da segurança social, do serviço nacional de saúde e da escola pública, são alavancas fundamentais da solidariedade intergeracional e de sistemas que devem servir todos, mas sobretudo os mais frágeis e com menores rendimentos.

Não queremos que a protecção social, a educação e a saúde se transformem num regime de caridadezinha ou de mero assistencialismo só para pobres.

Estes serviços universais são, por natureza, solidários.

E por isso devem irmanar-nos a todos na sua defesa e na continuidade do seu espírito fundacional, ao serviço de todos os portugueses, qualquer que seja o tamanho da sua carteira.

Mas os espaços de diálogo devem ser reforçados, designadamente quanto ao seu objectivo – serem um lugar de partilha de contributos, de construção de soluções entre governo e parceiros sociais, como organismos da sociedade civil que dão força à democracia participativa e consolidam o diálogo social tão proclamado pela OIT e pelas Nações Unidas.

A concertação social é o expoente desses espaços.

E deve ser aproveitada pelo governo para construir, incluir e dialogar.



É preciso, na visão da UGT, um novo pacto estratégico na concertação social sobre algumas matérias que deverão merecer a necessária ponderação de todas as partes, mas que deve reequilibrar as enormes e sentidas perdas dos trabalhadores nos últimos anos.

Segurança social – é ou não é necessária uma reforma estrutural?

Se não é, e isso é o governo que tem de o provar, discutamos fontes alternativas de financiamento que promovam a sua sustentabilidade futura.

Quando é que cada trabalhador atinge a idade legal de reforma? Ninguém sabe.

Não seria importante determinar esse momento, para que cada trabalhador se prepare para essa etapa da vida da forma que melhor lhe convier?

Custos de contexto para as empresas – há ou não condições por parte do governo para agilizar a burocracia, dar mais celeridade à justiça, promover uma fiscalidade mais justa, equitativa e previsível no tempo, um ambiente mais protegido das emissões de carbono, maior investimento nas redes ferroviárias, ligações mais rápidas a Espanha e à Europa, aposta na investigação, na inovação e no conhecimento?

Como proceder à melhoria das qualificações dos trabalhadores?

Como rentabilizar os fundos estruturais na promoção de medidas de emprego que respondam às reais necessidades das empresas e, por aí, à criação de mais postos de trabalho? Já agora, trabalho não precário.

E na generalidade do sector privado, queremos discutir a reposição dos 25 dias úteis de férias, que tal como os 4 feriados, foram uma das perdas dos trabalhadores com a crise e com o empréstimo a Portugal.

E como desbloquearemos a negociação colectiva, tão essencial aos sindicatos, pois ela faz parte do código genético do movimento sindical?

Lembramos que a desfiliação sindical em muitos sectores deve merecer uma resposta atenta a esse facto.

E a UGT iniciou essa discussão, designadamente colocando em cima da mesa a possibilidade de as convenções colectivas serem aplicadas aos filiados dos sindicatos outorgantes.

É uma boa medida?

Só saberemos depois de a discutirmos com empregadores e governo. Mas primeiro entre nós.



Mas não podemos ficar quietos perante este facto de cerca de 1 milhão de sindicalizados no nosso país sustentarem a contratação colectiva, de que usufrui a generalidade da população activa, que é de cerca de 5.400.000 trabalhadores.

O combate ao elevado desemprego que ainda se verifica no nosso país, acima dos 12%, nomeadamente o desemprego de longa duração, com mais de 271 mil inscritos no IEFP, que representam mais de 47% do total do desemprego registado em Março de 2016;

O desemprego jovem que ainda se situa nos 30% entre os jovens até aos 25 anos – com 73000 inscritos nos centros de emprego

Os licenciados desempregados eram em março 76.494, representando 13,3% do total de desempregados

E em fevereiro existiam 12065 casais desempregados – marido e mulher no desemprego

Para todos estes, portuguesas e portugueses como nós, enviamos daqui palavras de alento, compreensão e apoio na sua luta por um lugar ao sol – neste caso, por um posto de trabalho, que lhes permita olhar para o seu futuro de forma esperançada.

Com tanto desemprego jovem, como potenciar a natalidade?

Com tantos cortes e encerramentos de serviços públicos, onde estão os jardins-de-infância e as creches para colocar as crianças? E quem os paga?

Voltámos ao tempo em que os avós passaram a ser o ombro amigo onde repousam aqueles que tudo vêem desaparecer – excepto a esperança.

E também neste contexto, relembramos ao governo o seu compromisso de um combate sem tréguas à precariedade laboral e à excessiva rotação de trabalhadores, que frequentam estágios profissionais pagos pelo Estado.

Com precariedade, não há estabilidade, nem condições para promover a natalidade.

E já não há sectores protegidos da chaga das reestruturações, das falências e do desemprego.

Até o sector financeiro, dantes tão avesso a demonstrar tais fragilidades, hoje lidera nas perdas que inflige ao país, aos contribuintes, aos clientes e aos trabalhadores.

Veja-se o cenário do sector bancário no nosso país, e rapidamente concluiremos da profunda alteração havida no panorama nacional, com as consequências daí resultantes para os trabalhadores, sempre tão idolatrados nas campanhas de marketing como um activo prioritário a defender, mas no primeiro momento de crise, é o primeiro activo a deitar pela borda fora – um activo que passa a tóxico.



E também aqui a Europa não foi complacente, nem coerente com a sua rigidez para Portugal. Veja-se o caso BANIF e atente-se na arrogância de quem, no alto da sua cátedra, se exime a prestar declarações no seu país perante a casa da democracia.

O BCE não responde aos governos ou aos parlamentos nacionais.

Mas afinal que instituições são estas que se impõem de forma coerciva e não se deixam fiscalizar?

Cabe ao movimento sindical lutar para que os que não têm voz poderem fazer ouvir a sua voz.

Lutar pelos que têm medo de perder o posto de trabalho e de terem como horizonte o desemprego.

Lutar pela Igualdade de oportunidades e de género.

Lutar para que as mulheres não sejam discriminadas, nem na sua mobilidade social ou profissional, nem nos seus salários – simplesmente por serem mulheres:

Lutar pela inclusão dos jovens no mercado de trabalho em condições dignas, sem exploração e abusos de quem é jovem e precisa de um posto de trabalho.

As escolas de formação profissional, como é o caso excepcional da Escola Agostinho Roseta, com tantos dos seus alunos e professores aqui presentes, podem ser um bom exemplo de uma aposta ganha pelo Estado no investimento efectuado na qualificação dos seus jovens e na sua posterior integração nas empresas.

É PRECISO LUTAR CONTRA A CORRUPÇÃO e contra todos aqueles que fogem ao cumprimento das suas obrigações legais, amalhando fortunas em paraísos fiscais e não contribuindo para o desenvolvimento sustentável do seu país. Os trabalhadores não fogem para offshores, pois os seus rendimentos não lhes permitem fazê-lo.

Por isso importa que a Justiça actue, fiscalize e condene todos quantos, do alto das suas posições de poder económico e financeiro se deixam seduzir pela ganância e pela fuga às responsabilidades.

Há muito para fazer em Portugal.

É preciso que Portugal cresça e se desenvolva.

Que apoie o seu tecido empresarial. E que este crie emprego de qualidade.



Vai levar tempo. Nós sabemos.

Mas a UGT e os seus sindicatos cá continuarão a fazer o que lhes é exigido pelos trabalhadores e pela sociedade portuguesa:

Espírito de compromisso

Disponibilidade para o diálogo

Tolerância e moderação

Unidade e coesão internas, como a melhor forma de respondermos aos desafios com que estamos confrontados.

Saberemos, como sempre, responder aos desafios do presente, para melhor nos prepararmos para o futuro.

E o futuro é já hoje.

As novas gerações, é isso que exigem de nós.

VIVAM AS TRABALHADORAS E OS TRABALHADORES PORTUGUESES

VIVA O MOVIMENTO SINDICAL

VIVA A UGT

VIVA PORTUGAL